



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal REGINALDO LOPES

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2017

(Do Sr. **Reginaldo Lopes**)

Suprime os artigos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 da Constituição Federal extinguindo o teto dos gastos.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. Único. Ficam suprimidos os artigos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Estes artigos foram introduzidos na Constituição Federal pela PEC do teto dos gastos Federais em 2016. Ocorre que tais dispositivos impõem a sociedade 20 anos de arroxo orçamentário. Tais medidas visam agradar o capital especulativo com a desculpa de promover um melhor controle de gastos. Este argumento não corresponde a verdade uma vez que a diminuição da receita é que proporciona um aumento desproporcional de gastos, uma vez que a receita diminuindo causa nas despesas fixas um desequilíbrio e impõe a sociedade 20 anos de arroxo mesmo que a economia pudesse melhorar e promover mais arrecadação. Prova deste erro é que neste ano de 2017 o rombo fiscal só aumenta e o teto dos gastos não tem promovido melhora nenhuma na economia.

Esta regra é consagração dessa arquitetura fiscal-monetária imposta por banqueiros e rentistas que concentra renda e reduz a qualidade dos serviços públicos. Com esta regra em vigor, aumentarão a sua parcela dentro orçamento público diminuindo a parcela destinada à maioria da população, ou seja, aumentarão a sua parcela sem aumentar ou fazer déficit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal REGINALDO LOPES

público. E, assim, podem diminuir ainda mais o risco de carregamento dos títulos da dívida pública que possuem.

O que fez o déficit de 2014 saltar foi a queda das receitas conjugada com o problema crônico do pagamento excessivo de juros da dívida pública. Essa é uma constatação numérica, indiscutível. A partir desse momento, entretanto, a grande mídia, analistas econômicos ligados aos rentistas e banqueiros e os milionários e bilionários entraram em campanha aberta contra os direitos e políticas sociais. Os pobres e aqueles que foram socialmente incluídos nos últimos anos passaram a ser o alvo da contabilidade orçamentária interessada de banqueiros e rentistas.

Se perdurar por mais tempo esta regra será a imposição de menos povo no orçamento e a cada ano uma enorme diminuição das políticas sociais. Tal política impede o crescimento e destina prioritariamente os recursos do país ao capital especulativo dos bancos e da aristocracia Brasileira.

Brasília, em 19 de outubro de 2017

Reginaldo Lopes
Deputado Federal - PT/MG